
Relatório de Gestão e Contas

do

Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial

2017

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Índice

1. Introdução	4
2. Enquadramento	4
3. Atividades Desenvolvidas	7
3.1. Candidaturas apresentadas	7
3.1.1. Evolução das candidaturas apresentadas	7
3.1.2. Distribuição Geográfica	7
3.1.3. Distribuição por Entidades	8
3.2. Apreciação de candidaturas	8
4. Sistema de Informação de Gestão do Fundo	15
5. Análise Orçamental, Económica e Financeira	16
5.1. Análise Orçamental	16
5.1.1. Receita	16
5.1.2. Evolução da Receita	17
5.1.3. Despesa	19
5.1.4 . Evolução da Despesa	20
5.2. Análise dos fluxos de caixa	21
5.3. Análise da situação Económica e Financeira	22
5.3.1. Balanço	22
5.3.2. Demonstração de Resultados	24
6. Síntese conclusiva	26



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Índice de Quadros e Gráficos

Quadro 1 - Evolução das candidaturas apresentadas (2009 – 2017).....	7
Quadro 2 - Distribuição geográfica das candidaturas apresentadas por distrito-2017	7
Quadro 3 - Distribuição de candidaturas por grupos de entidades – 2017	8
Gráfico 1 - Distribuição das candidaturas por grupos de entidade.....	8
Quadro 4- Evolução da apreciação das candidaturas	8
Quadro 5 – Apreciação das candidaturas (2009 a 2017).....	9
Quadro 6 - Candidaturas aprovadas e por aprovar (2009 a 2017).....	10
Gráfico 2 - Decomposição das candidaturas apresentadas	10
Quadro 7 - Candidaturas aprovadas e contratos assinados (2009 a 2017).....	11
Gráfico 3 - Comparticipação financeira aprovada, montante contratualizado e montante pago por ministério (2009-2017)	11
Quadro 8 - Ponto de situação dos contratos não executados	12
Quadro 9 – Contratos de Financiamento com execução em 2017	13
Quadro 10 - Execução da Receita.....	16
Quadro 11 – Proveniência da receita	16
Quadro 12 – Evolução da Receita (2016-2017)	17
Gráfico 4- Evolução da receita por agrupamentos - 2016 e 2017	18
Quadro 13 - Execução da Despesa	19
Quadro 14 – Evolução da despesa	20
Gráfico 5- Evolução da despesa - 2016 a 2017	20
Quadro 14 - Fluxos de Caixa	21
Quadro 15 – Balanço (2017-2016).....	22
Quadro 16 – Demonstração de resultados (2017-2016).....	24
Quadro A.1 – Evolução dos contratos de financiamento (2010-2017)	28
Quadro A.2 – Aplicações em CEDIC.....	29
Quadro A.3 – Acréscimo de Proveitos – Alienação de imóveis.....	30

[Assinaturas manuscritas]



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Lista das principais abreviaturas

ADE	Administração Direta do Estado
AIE	Administração Indireta do Estado
DGLAB	Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas
DGPC	Direção-Geral do Património Cultural
DGTF	Direcção-Geral do Tesouro e Finanças
DRAP Alentejo	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo
DRAP Algarve	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve
DRAPLVT	Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo
DRAPN	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte
DRCN	Direção Regional de Cultura do Norte
EPE	Entidades Públicas Empresariais
ESPAP	Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P.
FRCP	Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial
GNR	Guarda Nacional Republicana
IGF	Inspeção Geral de Finanças
IPDJ	Instituto Português do Desporto e Juventude
MAI	Ministério da Administração Interna
MDN	Ministério da Defesa Nacional
ME	Ministério da Economia
MEC	Ministério da Educação e Ciência
MF	Ministério das Finanças
MJ	Ministério da Justiça
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MS	Ministério da Saúde
MTSSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
PCM	Presidência do Conselho de Ministros
PSP	Polícia de Segurança Pública
SGMEC	Secretaria-Geral do Ministério da Educação e da Ciência
SGMF	Secretaria-Geral do Ministério das Finanças
SGMTSSS	Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
TC	Tribunal de Contas
UGP	Unidade de Gestão Patrimonial

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

1. Introdução

O relatório de gestão e contas do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial (FRCP), é elaborado em cumprimento do disposto no artigo 2.º do seu Regulamento de Gestão, aprovado pela Portaria n.º 293/2009, de 24 de março, que determina ainda que o mesmo deverá ser presente ao Senhor Secretário de Estado do Tesouro, após emissão de parecer da Inspeção-Geral de Finanças.

O presente documento proporciona uma visão clara da situação económica e financeira relativa ao exercício, espelhando, também, as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos durante o ano de 2017, atentos os objetivos e ações definidos no respetivo plano de atividades.

2. Enquadramento

O Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial foi criado pelo Decreto-Lei n.º 24/2009, de 21 de janeiro¹, tendo por objeto e finalidade o financiamento das operações de recuperação, de reconstrução, de ampliação, de adaptação, de reabilitação e de conservação dos imóveis da propriedade do Estado.

O FRCP tem a natureza de património autónomo sem personalidade jurídica, dotado de autonomia administrativa e financeira, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 24/2009, regendo-se a sua atividade nos termos do Regulamento de Gestão, aprovado pela Portaria n.º 293/2009, de 24 de março.

É financiado, essencialmente, pela receita proveniente de contrapartidas recebidas em virtude da implementação do princípio da onerosidade², receitas resultantes da alienação, da oneração, cedência de utilização e do arrendamento de bens imóveis do Estado, e de rendimentos provenientes de aplicações financeiras.

Podem ser beneficiários de financiamento do Fundo os serviços utilizadores dos imóveis do Estado que apresentem a respetiva candidatura, devendo, no entanto, os projetos estar enquadrados no âmbito dos planos de conservação e reabilitação relativos aos imóveis que lhe estão afetos, elaborados em cumprimento do disposto no Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado.

Para o efeito, estão abrangidos pelo financiamento os imóveis que se encontrem afetos ao funcionamento de serviços públicos, com exceção das seguintes situações:

- Os imóveis classificados da propriedade do Estado não afetos ao funcionamento de serviços públicos;
- Os imóveis da propriedade do Estado utilizados pelas entidades a favor dos quais reverta integralmente o produto da alienação e oneração do património do Estado;

¹ Alterado pelo artigo 170.º da Lei do Orçamento do Estado para 2013 (Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro)

² Nos termos previstos na alínea a) do artigo 7.º da Portaria n.º 278/2012, de 14 de setembro, alterada pela Portaria n.º 222-A/2016, de 12 de agosto



FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

- As obras de conservação ou beneficiação que sirvam apenas para modernização das instalações;
- As obras em imóveis disponíveis para alienação;
- As operações de intervenção cujo orçamento global seja inferior a 100.000€, salvo obras urgentes ou prioritárias face à gravidade extrema das deficiências de solidez, segurança e salubridade do imóvel ou à sua especial localização.

O financiamento é a fundo perdido, podendo atingir 80% do custo estimado da operação de intervenção. Pode ser atribuída uma comparticipação financeira de percentagem superior, nas situações de obras urgentes ou prioritárias face à gravidade extrema das deficiências de solidez, segurança e salubridade do imóvel ou à sua especial localização.

As condições de atribuição e suspensão do financiamento pelo Fundo, bem como os demais direitos e deveres das partes, são reduzidos a escrito no contrato de financiamento.

Nos termos do Regulamento compete às Unidades de Gestão Patrimonial a apresentação à Comissão Diretiva do Fundo das candidaturas elaboradas pelos Serviços. E ainda, efetuar o acompanhamento do contrato de financiamento, designadamente, aferir do cumprimento do projeto de execução da obra, e informar a Comissão Diretiva nas várias fases do projeto, tendo em vista o desembolso da comparticipação financeira, sendo as operações materiais de fiscalização e acompanhamento da obra reduzidas a auto.

O Fundo é gerido por uma Comissão Diretiva³, constituída em conformidade com o Decreto-Lei n.º 24/2009, de 21 de janeiro, sendo presidida, por inerência, pela Diretora Geral do Tesouro e Finanças, e os restantes membros da comissão diretiva nomeados por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças:

- Presidente da Comissão Diretiva - Dr.ª Elsa Roncon Santos, Diretora Geral do Tesouro e Finanças, até 12 de fevereiro de 2017, sucedendo-lhe no cargo, em regime de substituição, a Dr.ª Maria João Araújo⁴
- Vogal da Comissão Diretiva⁵ - Eng.º Bernardo Xavier Alabaça, Subdiretor-Geral do Tesouro e Finanças, até 31 de Agosto de 2017
- Vogal da Comissão Diretiva⁶ – Arq.º Miguel Marques dos Santos, Subdiretor-Geral do Tesouro e Finanças, desde 27 de Dezembro de 2017
- Vogal da Comissão Diretiva⁶ – Liliana Andreia da Fonseca Lourenço, técnica superior especialista em orçamento e finanças públicas do quadro de pessoal da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, desde 27 de Dezembro de 2017

³ O membro designado pelo Despacho 221/13-SET, de 31 de janeiro, cessou funções em 01 de janeiro de 2016, por motivo de aposentação

⁴ Despacho n.º 2134/2017, de 22 de fevereiro, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 52 de 14 de Março

⁵ Despacho n.º 510/15-SET, de 10 de abril

⁶ Despacho do Secretário de Estado do Tesouro de 27.12.2017



FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

A Comissão Diretiva é responsável por assegurar as relações do Fundo com o Conselho de Coordenação de Gestão Patrimonial e com as Unidades de Gestão Patrimonial, com os Serviços utilizadores dos imóveis e com a DGTF, bem como apreciar, hierarquizar e aprovar as candidaturas apresentadas e proceder ao acompanhamento da execução das operações financiadas.

No ano de 2017, foram realizadas sete reuniões da Comissão Diretiva, das quais foi lavrada a competente ata, para apreciação dos assuntos que competem a este órgão. Os temas apreciados incidiram sobre a análise, apreciação e aprovação das candidaturas submetidas ao Fundo, as decisões de financiamento das candidaturas aprovadas e ainda a gestão e programação financeira do Fundo.

No âmbito das matérias apreciadas, identificam-se os seguintes pontos:

- Apreciação e aprovação da reaplicação de verbas de CEDIC- Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo e ainda da retenção dos respetivos juros;
- Aprovação e reapreciação do montante a financiar de três candidaturas apresentadas pela Polícia de Segurança Pública, Autoridade para as Condições do Trabalho e Biblioteca Nacional de Portugal;
- Aprovação de 1 contrato de financiamento, relativamente à candidatura apresentada pela Polícia de Segurança Pública;
- Apreciação e autorização dos pedidos de comparticipação apresentados pelas entidades, na sequência dos contratos de financiamento celebrados;
- Apreciação de processos de despesa no contexto do fecho orçamental de 2016;
- Apreciação e aprovação do relatório de gestão e contas de 2016 e restantes documentos de prestação de contas respeitantes ao ano económico de 2016;
- Apreciação e aprovação dos relatórios trimestrais da execução orçamental respeitantes a 2017;
- Aprovação da proposta de orçamento do Fundo para 2018;

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL**3. Atividades Desenvolvidas**

A atividade desenvolvida em 2017 integrou um conjunto de projetos e ações, que se encontravam definidos no respetivo plano de atividades e cujos resultados alcançados se encontram sustentados e sintetizados nos pontos seguintes.

3.1. Candidaturas apresentadas**3.1.1. Evolução das candidaturas apresentadas**

Durante o ano de 2017, foram apresentadas 12 novas candidaturas, tendo-se registado a apresentação acumulada desde 2009, de 297.

Quadro 1 - Evolução das candidaturas apresentadas (2009 – 2017)

Ministério	2009-2015		2016		2017		Total	
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor
MAI	31	3.737.242	3	658.358	5	3.592.590	39	7.988.190
MAFDR	27	4.674.629	12	1.535.040	-	-	39	6.209.669
MDN	38	8.827.328	2	1.125.840	-	-	40	9.953.168
ME	1	437.760	-	-	-	-	1	437.760
MEC	12	10.873.257	2	3.524.556	-	-	14	14.397.814
MF	3	684.577	2	419.829	-	-	5	1.104.407
MJ	12	2.418.464	1	1.154.514	1	125.650	14	3.698.628
MS	67	80.874.134	-	-	-	-	67	80.874.134
MTSSS	21	11.527.086	3	2.343.035	3	1.695.008	27	15.565.128
PCM	39	21.237.597	7	4.853.369	3	1.799.421	49	27.890.386
Total	251	145.292.074	32	15.614.541	12	7.212.668	295	168.119.283

Comparativamente com o ano anterior verifica-se uma redução, quer ao nível do número de candidaturas apresentadas (63%), quer a nível do valor, com uma redução de 54%.

Em termos acumulados, em n.º de candidaturas, destaca-se o MS, seguindo-se a PCM e o MDN, sendo este último substituído pelo MTSSS no que respeita ao investimento envolvido.

Quanto à distribuição por Ministério, em 2017, atendendo ao n.º de candidaturas apresentadas verifica-se uma concentração no MAI com 5 candidaturas. Atendendo ao investimento global das intervenções destaca-se o MAI, seguido da PCM com 3 candidaturas.

3.1.2. Distribuição Geográfica

Em relação à localização dos imóveis das candidaturas apresentadas, observou-se em 2017, uma concentração no distrito de Lisboa, com um valor aproximado de 5,9 milhões de euros, correspondente a 83% do investimento, número para o qual contribui o facto de a grande maioria dos serviços se encontrarem sediados nesse distrito.

Quadro 2 - Distribuição geográfica das candidaturas apresentadas por distrito-2017

Distrito	N.º	Nº (%)	Valor (€)	Valor (%)
Lisboa	8	67%	5.976.201	83%
Setúbal	1	8%	713.400	10%
Viana do Castelo	1	8%	182.040	3%
Porto	1	8%	215.378	3%
Santarém	1	8%	125.650	2%
Total Geral	12	100%	7.212.668	100%

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

3.1.3. Distribuição por Entidades

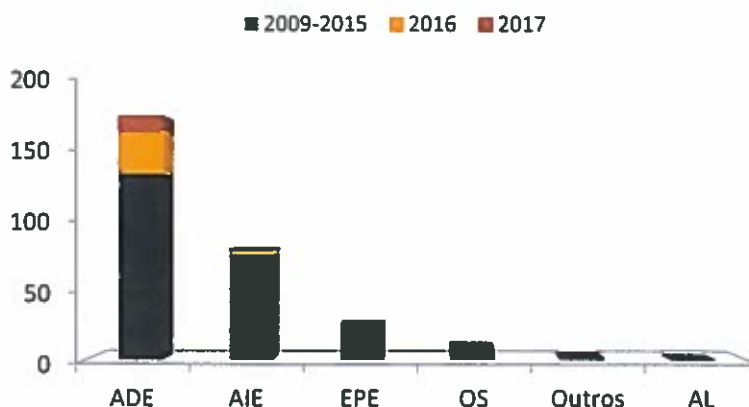
Analisando as candidaturas apresentadas em 2017 por grupos de entidades, pode observar-se no quadro 3 que, quer em número de candidaturas, quer a nível de investimento estas concentram-se nos serviços que integram a Administração Direta do Estado (ADE) responsável por 92%.

Quadro 3 - Distribuição de candidaturas por grupos de entidades – 2017

Setor	Candidaturas			
	N.º	Nº (%)	Valor (€)	Valor (%)
Administração Direta	11	92%	6.613.354	92%
Administração Indireta	1	8%	599.315	8%
Total Geral	12	100%	7.212.668	100%

Em termos de distribuição das candidaturas por grupos de entidade, conforme se pode verificar no gráfico 1, não se registaram alterações significativas. À semelhança do ano anterior destacam-se as candidaturas apresentadas por entidades pertencentes a Administração Direta do Estado.

Gráfico 1 - Distribuição das candidaturas por grupos de entidade



3.2. Apreciação de candidaturas

Conforme descrito no ponto 3, no decorrer do ano de 2017 foram apresentadas 12 novas candidaturas, que no conjunto totalizam aproximadamente 7,2 milhões de euros de investimento, que acresceram às candidaturas transitadas de anos anteriores.

Quadro 4- Evolução da apreciação das candidaturas

Anos	Nº de Propostas recebidas	Nº de Candidaturas Devolvidas/Canceladas Revogadas/Desistências/Outras situações	Nº de Candidaturas em análise	Nº de Candidaturas Admitidas	
				Aprovadas	Por aprovar
2009-2015	251	129	24	96	2
2016	32	2	48	6	2
2017	12	10	48	2	2
Total	295	141	48	104	2

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Da apreciação das candidaturas resultou um acréscimo de 10 candidaturas no grupo das candidaturas não admitidas, e a aprovação de 2 candidaturas. No final do ano, permaneciam 48 candidaturas em análise ou pendentes.

Durante o ano de 2017, foram devolvidas 10 candidaturas, perfazendo um total de 141, que representa 48% da totalidade das candidaturas submetidas desde a criação do Fundo, a que corresponderia um montante global de investimento de 102,37 milhões de euros.

A não admissão das candidaturas, resultou do disposto no art.º 110.º do Decreto-lei n.º 25/2017, de 3 de março, em que se prevê que *“O financiamento do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial não abrange os serviços, organismos e demais entidades que possam beneficiar de outros fundos, públicos ou privados, destinados a operações de reabilitação, conservação ou restauro em imóveis, ou de outros programas decorrentes de regimes e legislação especiais de rentabilização de imóveis.”*

No que se refere às candidaturas em análise/pendentes, manteve-se o número de candidaturas (48), mas aumentou o investimento que lhes associado, que no seu conjunto totalizam 30,98 milhões de euros. Nesta situação enquadram-se 9 candidaturas apresentadas em 2017, 22 candidaturas apresentadas em 2016, 3 em 2014, 8 em 2013, 1 em 2011 e 4 em 2010.

Este número inclui 13 candidaturas pendentes no montante de 8,58 milhões de euros, da junção de esclarecimentos dos serviços beneficiários essenciais à análise, nomeadamente, apresentação de uma memória descritiva e justificativa, com descrição das patologias presentes nos imóveis e as intervenções a implementar, acompanhadas de uma estimativa de custo de todos os trabalhos. Relativamente às candidaturas que transitaram de 2010 e 2011 subsiste a insuficiência de elementos sobre a situação patrimonial dos imóveis.

No que se refere às candidaturas em análise (35) no valor de 22,4 milhões de euros, destaca-se em nº de candidaturas, o MAFDR, a PCM e o MTSSS, onde se incluem 12 candidaturas apresentadas pela Direção Regional de Agricultura do Norte, e 7 candidaturas apresentadas pela PCM, respeitantes à Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (5). Direção-Geral do Património Cultural (1) e Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (1).

Quadro 5 – Apreciação das candidaturas (2009 a 2017)

Ministério	Propostas Recebidas		Candidaturas Devolvidas/Canceladas Revogadas/Desistência		Candidaturas em análise / pendentes		Candidaturas Admitidas	
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
MAI	39	7.988.190	11	2.053.507	3	2.865.900	25	3.068.783
MAFDR	39	6.209.669	9	692.776	15	1.817.448	15	3.699.445
MDN	40	9.953.168	24	7.251.852			16	2.701.316
ME	1	437.760	1	437.760				
MEC	14	14.397.814	9	7.692.911	2	3.673.287	3	3.031.616
MF	5	1.104.407			2	419.829	3	684.577
MJ	14	3.698.628	12	2.418.464	2	1.280.164		
MS	67	80.874.134	48	59.082.763	9	8.990.908	10	12.800.463
MTSSS	27	15.565.128	12	7.710.154	8	5.966.137	7	1.888.838
PCM	49	27.890.386	15	15.030.956	7	5.971.001	27	6.888.430
Total	295	168.119.283	141	102.371.141	48	30.984.674	106	34.763.469

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Sobre as candidaturas admitidas, apresenta-se no quadro 6, o ponto de situação do número de candidaturas aprovadas e por aprovar e os montantes do investimento, em função dos Ministérios a que as candidaturas respeitam.

Quadro 6 - Candidaturas aprovadas e por aprovar (2009 a 2017)

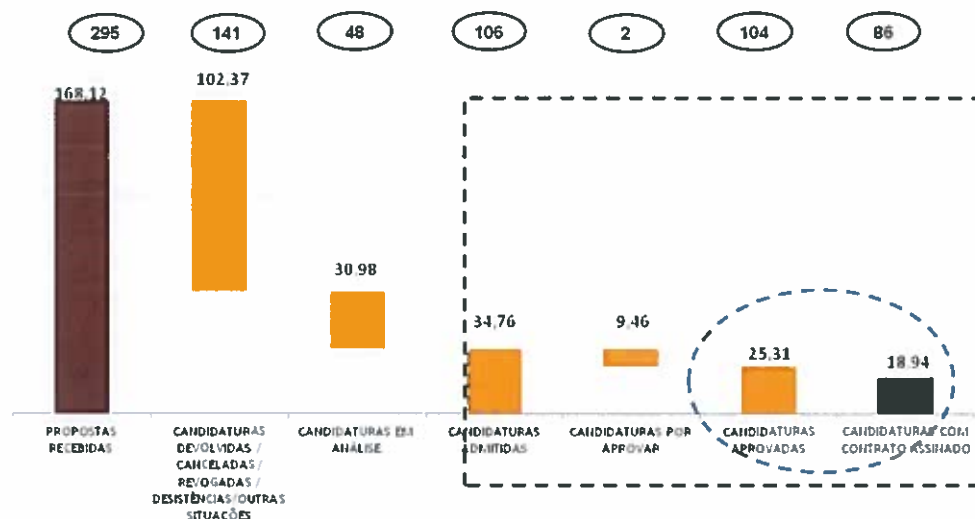
Ministério	Candidaturas Admitidas		Candidaturas Aprovadas			Candidaturas Por Aprovar	
	N.º	Valor	N.º	Valor	Montante a Financiar	N.º	Valor
MAI	25	3.068.783	25	3.068.783	2.366.720		
MAFDR	15	3.699.445	15	3.699.445	2.798.645		
MDN	16	2.701.316	16	2.701.316	2.069.649		
MEC	3	3.031.616	3	3.031.616	2.374.337		
MF	3	684.577	3	684.577	529.581		
MS	10	12.800.463	8	3.343.620	2.540.995	2	9.456.843
MTSSS	7	1.888.838	7	1.888.838	1.459.130		
PCM	27	6.888.430	27	6.888.430	5.728.432		
Total	106	34.763.469	104	25.306.626	19.867.489	2	9.456.843

Em resultado da aprovação de 2 novas candidaturas, elevou-se para 104 o número de candidaturas aprovadas, e o volume de investimento total do Fundo ascendeu a 19,86 milhões de euros. Em termos médios de percentagem de financiamento, aquele valor corresponde a 78,5% do custo estimado da operação de intervenção, ou seja, muito próximo do valor máximo previsto na Portaria n.º 293/2009.

Mantêm-se na mesma situação as 2 candidaturas por aprovar, que se encontram pendentes da junção de elementos por parte do serviço beneficiário, nomeadamente esclarecimento da respetiva unidade de gestão patrimonial, sobre a intenção do serviço acerca das candidaturas.

Apresenta-se de seguida, no gráfico 2, de forma sucinta e esquemática, a decomposição das candidaturas reportada ao final de 2017.

Gráfico 2 - Decomposição das candidaturas apresentadas



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

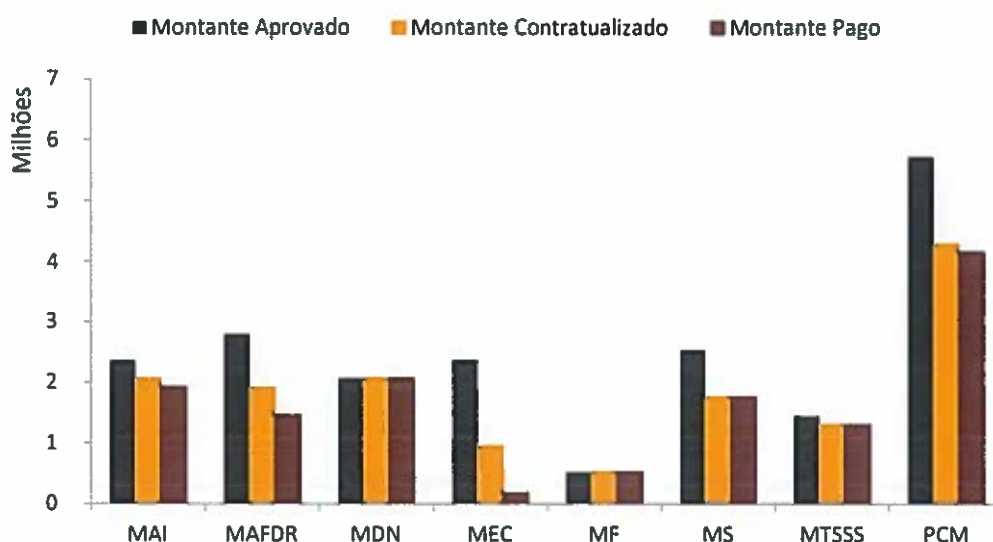
3.3 Contratos de Financiamento

Em 2017 foi celebrado 1 contratos de financiamento. Em termos acumulados, desde a criação do Fundo, foram celebrados 86 contratos de financiamento, o que envolve um montante total contratualizado de 14,91 milhões de euros e uma taxa de contratualização de 83%.

Quadro 7 - Candidaturas aprovadas e contratos assinados (2009 a 2017)

Ministério	Candidaturas Aprovadas		Candidaturas com contratos assinados			Candidaturas sem contrato	
	N.º	Montante a Financiar	N.º	Montante a Financiar	Montante Pago	N.º	Montante a Financiar
MAI	25	2.366.720	23	2.066.907	1.933.254	2	299.813
MAFDR	15	2.798.645	10	1.921.281	1.464.840	5	877.364
MDN	16	2.069.649	16	2.069.649	2.069.649	-	-
MEC	3	2.374.337	2	949.576	185.248	1	1.424.761
MF	3	529.581	3	529.581	529.581	-	-
MS	8	2.540.995	4	1.772.276	1.767.384	4	768.719
MTSSS	7	1.459.130	6	1.312.632	1.312.632	1	146.498
PCM	27	5.728.432	22	4.293.937	4.156.654	5	1.434.495
Total	104	19.867.489	86	14.915.840	13.419.242	18	4.951.650

Gráfico 3 - Comparticipação financeira aprovada, montante contratualizado e montante pago por ministério (2009-2017)



Refira-se no entanto, que a celebração de contratos de financiamento está dependente da apresentação de documentação por parte dos serviços beneficiários, designadamente projeto de execução; declaração de compromisso que ateste que as candidaturas apresentadas não são objeto de apoio através de outro programa ou instrumento financeiro de âmbito comunitário e comprovativo de que o serviço beneficiário dispõe de dotação orçamental para assegurar a parcela que não é objeto de comparticipação por parte do Fundo.

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Da análise do quadro 7 e gráfico 3, ressalta que a maioria das candidaturas aprovadas se concentram em três ministérios - PCM, MAI e MDN, com um peso de 65%, e que os mesmos representam 71% das contratualizadas, e que existe um desfazamento entre a contratualização e a execução das operações.

Relativamente às candidaturas aprovadas e ainda não contratualizadas e considerando o montante a financiar e a sua distribuição por ministério, destaca-se o MEC, a PCM, seguido do MAFDR.

Quanto à candidatura apresentada pelo MEC, a assinatura do contrato encontra-se pendente da resolução prévia das questões da ocupação parcial ainda subsistente do imóvel a intervencionar.

Atendendo à execução financeira, destacam-se quatro ministérios – MDN, MF e MTSSS com uma taxa de execução de 100% e o MS com 99,7.

O quadro 8 sintetiza o ponto de situação das candidaturas com contratos financeiros por executar ou em execução.

Quadro 8 - Ponto de situação dos contratos não executados

Entidade /Ministério	Candidatura	Ano Contrato	Financiamento FRCP	Execução até 31/12/2017	Montante por executar
DRAPN	89/2010	2012 /2015	95.969	63.712	32.257
DRAPN	90/2010	2012 /2015	28.601	-	28.601
DRAPLVT	73/2010	2013	146.904	-	146.904
DRAP Alentejo	74/2010	2014	134.550	-	134.550
DRAP Alentejo	76/2010	2014	107.933	21.420	86.513
MAFDR	5		513.957	85.132	428.825
MS	06/2010	2012/2014/2015	410.328	407.983	2.344
MS	1		410.328	407.983	2.344
SGMEC	09/2009	2014	764.329	-	764.329
MEC	2		764.329	-	764.329
DGPC	04/2014	2015	348.000	210.717	137.283
PCM	1		348.000	210.717	137.283
PSP	05/2015	2017	216.557	82.903	133.654
MAI	1		216.557	82.903	133.654
TOTAL	10		2.253.170	786.736	1.466.434

Ainda no tocante à comparticipação financeira contratualizada, o montante por executar ascende a 1.466 milhares de euros.

Destaca-se o MEC, sendo que no que respeita ao contrato plurianual assinado em 2014 com a Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência para recuperação e valorização do Palácio das Laranjeiras, a entidade solicitou a transição da totalidade das verbas e reapreciação da candidatura, por não ter sido possível dar início aos procedimentos necessários à execução de empreitada.

No que se refere ao MAFDR, com 5 contratos, relativamente a 3 contratos celebrados em 2013 e 2014 não foi remetida informação por parte dos serviços – DRAP Alentejo (2) e DRAPLVT (1) - de que dispunham de dotação orçamental em 2017 para assegurar a parcela que não é objeto de comparticipação. No caso dos contratos celebrados com a DRAP Norte, o financiamento por executar resultou das dificuldades na execução da obra por incumprimento parcial do contrato de empreitada

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

respeitante ao Edifício de Mirandela e, incumprimento total do contrato de empreitada de Matosinhos, o que obrigou à apresentação de pedido de prorrogação da portaria de extensão de encargos, que se encontra em análise.

O montante por executar refere-se aos contratos nº 04/2014 e 01/2017, celebrados com a Direção-Geral do Património Cultural e Polícia de Segurança Pública, respetivamente, encontrando-se os respetivos encargos em processo de regularização, através de uma portaria de extensão de encargos na qual se refletira o escalonamento da despesa associada às empreitadas e ao respetivo financiamento pelo FRCP.

A execução em 2017, refere-se a 5 contratos, conforme consta no quadro seguinte:

Quadro 9 – Contratos de Financiamento com execução em 2017

Ministério Entidade	Contrato		Financiamento FRCP	Pagamentos anos anteriores	Pagamentos 2017	Por executar
	Nº	Data				
PCM-DGPC	23/2015	23-12-2015	348.000,00	210.717,26	-	137.282,74
MEC-IPDJ	10/2016	25-10-2016	185.247,64	89.115,37	96.132,27	
MAI-PSP	15/2016	29-12-2016	96.924,00	77.535,78	19.388,22	
MAI-PSP	16/2016	29-12-2016	89.251,88	74.223,75	15.028,13	
MAI-PSP	01/2017	19-07-2017	216.556,88	-	82.903,24	133.653,64
Total			935.980,40	451.592,16	213.451,86	270.936,38

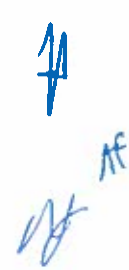
Do montante pago em 2017 constata-se que 39% (€ 82.903,24) é referente ao contrato celebrado com a PSP em 2017.

Atendendo ao valor de financiamento associado aos 5 contratos de financiamento, e à respetiva execução verifica-se que foram executados na totalidade 3 contratos de financiamento. Quanto ao valor por executar no montante de 270.936,38, foi consequência das seguintes situações:

- Execução de contrato de financiamento celebrado em 2015, respeitante à candidatura n.º 04/2014, apresentada pela DGPC, está pendente da regularização, através de uma portaria de extensão de encargos na qual se refletira o escalonamento da despesa associada à empreitada e ao respetivo financiamento pelo FRCP⁷.
- Execução de contrato de financiamento celebrado em 2017, respeitante à candidatura n.º 05/2015, apresentada pela PSP inicialmente prevista até final de 2017, não foi possível, tomando em consideração o prazo da empreitada, e a data da sua consignação. O processo para reprogramação do encargo plurianual está em curso.

Efetivamente persistem as dificuldades de execução, que se traduzem tanto no arrastamento da contratualização, como na ausência de execução de candidaturas contratualizados, bem como nos atrasos de execução.

⁷ Despacho nº 1015/2016/SEO exagerado na informação n.º 3897/2016, foi autorizado o reescalamento dos encargos plurianuais relativos à Portaria nº 1/2015, publicada no Diário da República 1ª Série, n.º 1, de 2 de Janeiro e à assinatura da Portaria para reescalamento dos encargos relativos à Portaria 10/2015 de 30 de dezembro de 2014, publicada no Diário da República 2ª Série, n.º 4, de 7 de Janeiro



FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Com o propósito de retomar a atividade do fundo e de efetuar um ponto de situação das candidaturas aprovadas, a comissão diretiva decidiu solicitar informação quanto à situação dos respetivos procedimentos e sua execução, através das respetivas unidades de gestão patrimonial.

Deste modo, prevê-se a assinatura em 2018 de contratos relativamente a 8 candidaturas aprovadas, 2 do MS (candidaturas n.º 17/2013 e 18/2013) e 4 da PCM (candidaturas n.º 64/2010 e 65/2010 apresentadas pela Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, candidatura n.º 06/2011 apresentada pela Academia Nacional de Belas Artes, candidatura n.º 06/2016 apresentada pela Biblioteca Nacional de Portugal) e 1 candidatura do MTSSS (candidatura n.º 23/2016 apresentada pela Autoridade para as Condições de Trabalho).



FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL**4. Sistema de Informação de Gestão do Fundo**

Para cumprimento da norma estabelecida nos decretos-leis de execução orçamental sobre a obrigatoriedade da aplicação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) pelos serviços e fundos autónomos através da adesão de uma das modalidades disponibilizadas pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.), manteve-se a modalidade de utilização da solução GERFIP, de Partilha de Serviços.

Cabe ainda mencionar que, ainda, não foi possível concluir o processo de operacionalização para apresentação de candidaturas online, ficando os vários elementos estruturados e imediatamente disponíveis para visualização e análise, atendendo a que esta funcionalidade está dependente do desenvolvimento do projeto de criação de um portal especializado em imobiliário público, no âmbito da medida 46 Simplex+ 2017, que enquadra várias vertentes no contexto das respetivas competências em matéria patrimonial.

Refira-se ainda que foram introduzidas melhorias e aperfeiçoamentos na gestão operacional do Fundo sobre as candidaturas recebidas, analisadas e aprovadas, relativas a operações de recuperação, reconstrução e conservação dos imóveis de propriedade do Estado, conduzindo a que de forma expedita seja possível fazer o “audit trail” de cada processo e verificar a sua evolução.

W
AF
J

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

5. Análise Orçamental, Económica e Financeira

5.1. Análise Orçamental

A execução do Orçamento permite conhecer os recebimentos e os pagamentos efetuados durante o exercício económico de 2017, em termos globais e por tipologia de rubrica orçamental.

5.1.1. Receita

Quanto à receita apresenta-se o quadro infra com a distribuição em termos de classificação económica:

Quadro 10 - Execução da Receita

(euros)				
Designação	Dotações Corrigidas* Valor €	Receita Cobrada Líquida	Taxa de Execução	Peso Estrutural
Receitas Correntes				
05.03. - Rendimentos da Propriedade-juros	121.961	113.538	93,1%	0,9%
05.10. - Rendimentos da Propriedade-rendas-terrenos	21.487	20.427	95,1%	0,2%
06.03. - Transferências correntes Administração Pública	2.794.838	1.003.399	35,9%	8,1%
07.03 - Venda de bens e serviços - rendas	117.563	238.785	203,1%	1,9%
Receita Correntes	3.055.849	1.376.150	45,0%	11,2%
Receitas de Capital				
10.03.- Transferências de capital - Administração Pública	181.934	36.736	20,2%	0,3%
Receitas de capital	181.934	36.736	20,2%	0,3%
Outras Receitas				
16.01. - Saldo da gerência anterior- Saldo orçamental	10.919.595	10.919.594	100,0%	88,5%
Outras Receitas	10.919.595	10.919.594	100,0%	88,5%
Receitas Totais	14.157.378	12.332.480	87,1%	100%

A receita própria cobrada foi de 12.332.480 €, apresentando uma taxa de execução de 87% face à dotação corrigida. Quanto à sua natureza, encontra-se repartida por receita correntes, com um peso estrutural de 11,2%, receitas de capital com 0,3% e outras receitas com 88,5%.

O quadro seguinte decompõe a receita de acordo com a sua proveniência.

Quadro 11 – Proveniência da receita

Classificação Económica	Designação	Valor (€)	Peso Estrutural
05.03. - Rendimentos da Propriedade-juros	Juros Ilíquidos recebidos	113.538	8%
05.10. - Rendimentos da Propriedade-rendas	Cedências e arrendamentos - Terrenos	20.427	1%
07.03 - Venda de bens e serviços - Rendas	Cedências e arrendamentos - Edifícios	238.785	17%
06.03. - Transferências correntes - A.P.	Princípio de Onerosidade	1.003.399	71%
10.03.- Transferências de capital	Alienação de Imóveis	36.736	3%
Total da Receita		1.412.886	100%

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

A receita corrente atingiu o montante de 1.376.150 €, apresentando uma taxa de execução de 45%, em resultado principalmente do comportamento da receita proveniente da aplicação do princípio de onerosidade relativa aos anos 2014, 2015 e 2016⁸,

Quanto à componente receitas de capital fez o montante de 36.736 €, procedente de transferências de capital respeitantes a alienações de bens imóveis do Estado.

As outras receitas dizem respeito à contabilização do saldo de gerência de 2016 integrado no orçamento de 2017.

5.1.2. Evolução da Receita

O quadro 12 e gráfico 4, evidenciam a evolução da receita.

Quadro 12 – Evolução da Receita (2016-2017)

(euros)

Designação	Receita Cobrada 2016		Receita Cobrada 2017		Variação 2016-2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes						
05.03. - Rendimentos Propriedade-juros	134.345	1,0%	113.538	0,9%	-20.807	-15,5%
05.10. - Rendimentos da Propriedade-rendas-terrenos	14.719	0,1%	20.427	0,2%	5.708	38,8%
06.03- Transferências Correntes- Administração Central			1.003.399	8,1%	1.003.399	
07.03 - Venda de bens e serviços - renda -edifícios	8.171.873	58,1%	238.785	1,9%	-7.933.088	-97,1%
Total das Receitas Correntes	8.320.938	59,2%	1.376.150	11,2%	-6.944.788	-83,5%
Receitas de Capital						
10.03 - Transferências de capital - Administração Pública	419.013	3,0%	36.736	0,3%	-382.277	-91,2%
Total de Receitas de Capital	419.013	3,0%	36.736	0,3%	-382.277	-91,2%
Outras Receitas						
16. 01. - Saldo da gerência anterior- Saldo orçamental	5.320.238	37,8%	10.919.594	88,5%	5.599.357	105,2%
Total Outras Receitas	5.320.238	37,8%	10.919.594	88,5%	5.599.357	105,2%
Receitas Totais	14.060.188	100,0%	12.332.480	100,0%	-1.727.708	-12,3%

A receita cobrada registou um decréscimo de 1.727.708 €, face ao ano anterior, apresentando uma redução de 12,3%. Para este comportamento, contribuíram as oscilações negativas em rubricas de receita correntes e de capital, não compensadas pela variação positiva em outras receitas:

⁸ Refira-se ainda que durante o ano de 2017, conforme disposto no n.º 1 do artigo 109.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março (DLEO), a DGTf ficou autorizada, a liquidar e cobrar aos serviços, organismos públicos e demais entidades as contrapartidas decorrentes das contrapartidas decorrentes da implementação do princípio da onerosidade liquidadas, comunicadas e devidas nos anos de 2014 a 2016 e cujo pagamento não tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2016.

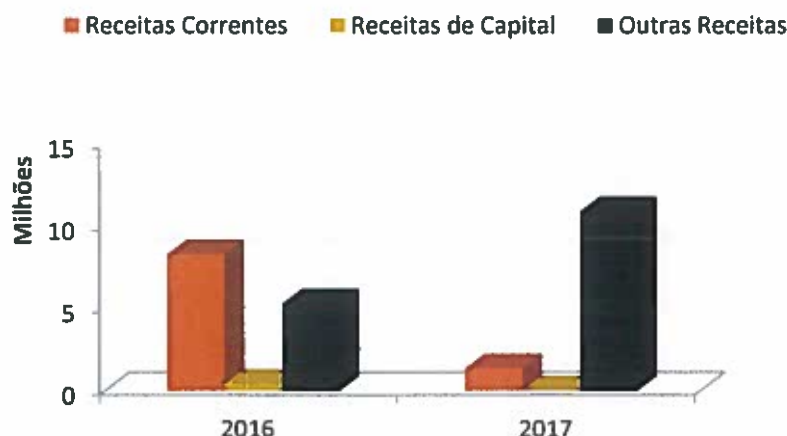
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

- Os Rendimentos Propriedade-juros registaram uma quebra de 15,5%, traduzindo-se num decréscimo de 20.807 €, resultante da descida da taxa de juro das aplicações de curto prazo em CEDIC.
- Os Rendimento de propriedade – rendas -terrenos apresentaram um acréscimo de 38,8%, traduzindo-se numa variação de 5.708 €, resultante do aumento da receita proveniente de cedências de utilização de terrenos de propriedade do Estado.
- Renda de edifícios – Em 2016, esta rubrica englobava a receita proveniente do princípio da onerosidade (8.032.297 €) e ainda, a receita resultante das rendas e cedências de imóveis de propriedade do Estado (139.576 €). Em 2017, verifica-se um decréscimo de 97,1%, no valor de 7.933.088€, resultante da alteração da contabilização das receitas provenientes das contrapartidas por aplicação do princípio da onerosidade, que passou a ser relevada no orçamento como Transferências Correntes.

Em termos comparáveis, agregando o valor das duas rubricas (06 e 07), o decréscimo seria de 84,8 %, no valor 6.929.689 €. Refira-se no entanto, que ficou por afetar ao Fundo em 2017, o montante de 8.017.341,50 €, referente a 50% da receita proveniente da aplicação do Princípio da Onerosidade⁹.

- Transferência de capital – Administração Pública, regista-se uma redução de 91,2%, no valor de 382.277 € proveniente da receita do produto da alienação de bens imóveis do Estado.
- Em sentido contrário, refira-se o efeito da integração do saldo de gerência de 2016 a integrar no orçamento de 2017 no valor de 10.919.594 €, que registou um acréscimo de 105,2% face ao ano anterior, no valor de 5.599.357 €.

Gráfico 4- Evolução da receita por agrupamentos - 2016 e 2017



⁹Nos termos previstos na alínea a) do artigo 7.º da Portaria n.º 278/2012, de 14 de setembro, alterada pela Portaria n.º 222-A/2016, de 12 de agosto

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

5.1.3. Despesa

Quanto à despesa, apresenta-se o quadro 13 com a distribuição em termos de classificação económica:

Quadro 13 - Execução da Despesa

(euros)

Natureza da Despesas	Dotações Corrigidas	Cativos	Compromissos assumidos	Despesas Paga		Compromissos por pagar	Taxa de Execução%
				Valor	Peso		
Despesas Correntes							
02.- Aquisição de Bens e Serviços	19.739	2.575	17.164	17.164	6,6%	-	100,0%
04. - Transferências Correntes	566.016	-	-	-	-	-	0,0%
06. - Outras despesas Correntes	128.486	97.995	28.385	28.385	11,0%	-	93,1%
Despesas Correntes	714.241	100.570	45.549	45.549	17,6%	-	7,4%
Despesas de Capital							
08. - Transferências de capital	2.384.595	-	484.388	213.452	82,4%	270.936	9,0%
11. Outras despesas de Capital	138.947	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	2.523.542	0	484.388	213.452	82,4%	270.936	8,5%
Total Despesa	3.237.783	100.570	529.937	259.000	100,0%	270.936	8,3%

A despesa realizada no valor de 259.000 €, que representam uma taxa de execução de 8,3%, situou-se a um nível inferior ao orçamentado (corrigido), encontra-se repartida pelos seguintes agrupamentos:

- Despesas de capital, que representam a parcela mais significativa da execução (82,4%), estão englobadas as transferências de capital decorrente de 4 contratos de financiamento no valor de 213.452 €. Assinala-se ainda, os compromissos por pagar no valor de 270.936.
- Despesas correntes, com um orçamento corrigido 714.241 €, a taxa de execução orçamental foi 7,4%, a que corresponde despesa paga no valor de 45.549 €. Neste âmbito, destaca-se o IRC retido na fonte pelo IGCP sobre os juros de aplicações financeiras em CEDIC, no valor de 28.385 €, com uma taxa de 93,1%. O remanescente refere-se ao pagamento de emolumentos ao Tribunal de Contas no valor de 17.164 €.

A fraca execução, tanto no agrupamento 04, como no agrupamento 08, deveu-se essencialmente, aos atrasos nos procedimentos prévios à execução dos projetos por parte das entidades beneficiárias, e consequentemente na contratualização das candidaturas e respetivo financiamento.

Handwritten signature and initials

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

5.1.4. Evolução da Despesa

Para melhor se visualizar a evolução da despesa no último biénio, apresenta-se o quadro 14 e o gráfico 5:

Quadro 14 – Evolução da despesa

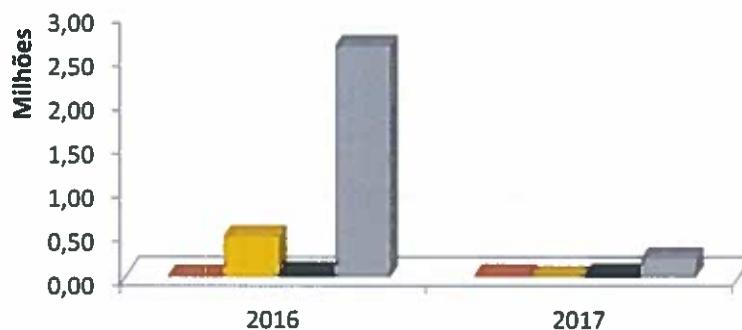
(euros)

Designação	Despesas Pagas 2016		Despesas Pagas 2017		Variação 2016-2017	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
Despesas Correntes						
02. Aquisição de Bens de Serviços	8.582	0,3%	17.164	6,6%	8.582	100,0%
04. Transferências Correntes	461.609	14,7%	0	0,0%	-461.609	-100,0%
06. Outras Despesas Correntes	33.586	1,1%	28.385	11,0%	-5.202	-15,5%
Total das despesas correntes	503.777	16,0%	45.549	17,6%	-458.228	-91,0%
Despesas de Capital						
08. Transferências de capital	2.636.817	84,0%	213.452	82,4%	-2.423.365	-91,9%
Total das despesas de capital	2.636.817	84,0%	213.452	82,4%	-2.423.365	-91,9%
Despesas Totais	3.140.594	100,0%	259.000	100,0%	-2.881.593	-91,8%

O total da despesa paga em 2017 apresenta um decréscimo de 91,8%, no valor de 2.881.593 € face ao ano transato. Contribuiu para esta redução, essencialmente, a diminuição das transferências correntes e de capital para os serviços beneficiários.

Gráfico 5- Evolução da despesa - 2016 a 2017

■ 02. Aquisição de Bens de Serviços ■ 04. Transferências Correntes
■ 06. Outras Despesas Correntes ■ 08. Transferências de capital



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

5.2. Análise dos fluxos de caixa

O mapa de Fluxos de Caixa apresenta os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, respeitantes à execução orçamental e os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte) desagregados de acordo com a sua proveniência (execução orçamental e operações de tesouraria).

Quadro 14 - Fluxos de Caixa

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo de gerência anterior		10.919.594,16	Despesas		259.000,43
De receita próprias	10.919.594,16		Despesas orçamentais		
			Correntes	45.548,57	
			Capital	213.451,86	
Receitas			Saldo para a gerência Seguinte		
Receitas Próprias		1.412.885,75	De receitas próprias	12.073.479,48	12.073.479,48
Correntes	1.376.149,60				
Capital	36.736,15				
Importâncias retidas para entrega ao Estado ou outras entidades		151,56	De operações de tesouraria		151,56
Operações de tesouraria	151,56		Total do Saldo de gerência na posse do serviço		12.073.631,04
Total		12.332.631,47	Total		12.332.631,47

O saldo de gerência anterior foi de 10.919.594 € e o saldo para a gerência seguinte ascendeu ao montante de 12.073.631 €, incluindo o saldo de receitas próprias (12.073.479,48€) e de operações de tesouraria (151,56 €).

Importa ainda referir, que se mantém os constrangimentos, que condicionam a relevação do valor relativo ao montante aplicado em CEDIC nos saldos de abertura e de encerramento do mapa de Fluxos de Caixa e a consistência do saldo de disponibilidades nos documentos de prestação de contas¹⁰. Com a correção desta deficiência, no mapa de fluxos de caixa constaria a seguinte informação:

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo de gerência anterior		50.747.928,44	Despesas		259.000,43
De receita próprias	10.919.594,16		Despesas orçamentais		
CEDIC	39.828.334,28		Correntes	45.548,57	
			Capital	213.451,86	
Receitas			Saldo para a gerência Seguinte		
Receitas Próprias		1.412.885,75	De receitas próprias	12.073.479,48	51.901.813,76
Correntes	1.376.149,60		CEDIC	39.828.334	
Capital	36.736,15				
Importâncias retidas para entrega ao Estado ou outras entidades		151,56	De operações de tesouraria		151,56
Operações de tesouraria	151,56		Total do Saldo de gerência na posse do serviço		51.901.965,32
Total		52.160.965,75	Total		52.160.965,75

¹⁰ Recomendação 5 do Relatório de Auditoria nº 12/2016 2ª secção Tribunal de Contas

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL**5.3. Análise da situação Económica e Financeira**

A par de uma vertente orçamental, de receita e despesa, a prestação de contas prevê uma vertente financeira, de custos e proveitos, ativos e passivos.

As demonstrações financeiras apresentam a posição financeira e patrimonial do Fundo, reportada ao final do exercício económico.

5.3.1. Balanço

Em termos de Balanço, este representa a situação patrimonial do Fundo no fim do exercício, expressando a relação existente entre o ativo, o passivo e os fundos próprios.

Os valores registados no Balanço nos anos de 2016 e 2017 são os seguintes:

Quadro 15 – Balanço (2017-2016)

Contas do Balanço		2017		2016		Variação	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo							
153	Títulos da dívida pública	39.828.334,28	66%	39.828.334,28	78%	0,00	0%
13	Conta no Tesouro	12.073.631,04	20%	10.919.594,16	21%	1.154.036,88	11%
271	Acréscimos de proveitos	8.495.296,30	14%	147.673,30	0%	8.347.623,00	5653%
Total do Ativo		60.397.261,62	100%	50.895.601,74	100%	9.501.659,88	19%
Fundos Próprios e Passivo							
Fundos Próprios:							
59	Resultados Transitados	50.887.592,25	84%	46.777.605,94	92%	4.109.986,31	9%
88	Resultados Líquidos	9.504.864,40	16%	4.109.986,31	8%	5.394.878,09	131%
Total dos fundos próprios		60.392.456,65	100%	50.887.592,25	100%	9.504.864,40	140%
Passivo:							
268	Devedores e credores diversos	151,56	3%			151,56	
273	Acréscimos de custos	2.503,67	52%	7.056,69	88%	-4.553,02	-65%
274	Proveitos diferidos	2.149,74	45%	952,80	12%	1.196,94	126%
Total do passivo		4.804,97	100%	8.009,49	100%	-3.356,08	61%
Total dos fundos próprios e do passivo		60.397.261,62		50.895.601,74		9.501.508,32	19%

Da análise ao Balanço destacam-se os seguintes aspetos:

Ativo

O Ativo registou um acréscimo de 19%, resultado que foi determinado pelo aumento do montante disponível na Conta no Tesouro e pela variação do valor registado em acréscimo de proveitos.

A conta de títulos da dívida pública que ascendeu ao montante de 39.828.334 € inclui os títulos a curto prazo em CEDIC efetuadas pelo Fundo e que, em 31.12.2017, ainda não se encontravam vencidos. Este montante não registou variação, relativamente a 2016.

A conta no tesouro registou o montante de 12.073.631€. Relativamente ao ano de 2016, registou um acréscimo de 11 %,no valor de € 1.154.036€, contribuindo para este resultado o facto da receita cobrada ser superior à despesa efetuada.

A conta acréscimos de proveitos no montante de 8.495.296 € engloba as seguintes parcelas:

- Os juros ilíquidos, no montante de 10.015 €, correspondentes ao rendimento de aplicações em CEDIC, relativos a juros de 2017 a vencerem-se em 2018;



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

- A percentagem atribuída ao Fundo, desde 2011, a receber em anos seguintes, relativa ao produto da alienação de imóveis do Estado no montante 462.825 €;
- A parcela da receita proveniente do princípio da onerosidade que ficou por afetar ao Fundo em 2017, no montante de 8.017.341 €;
- O remanescente, no valor de 5.114€, é relativo à percentagem atribuída ao Fundo, do produto da cedência de utilização e arrendamento de imóveis de propriedade do Estado no montante 3.161 € e 1.953 €, respetivamente.

Fundos Próprios

O aumento dos Fundos Próprios é explicado sobretudo pela evolução da conta dos Resultados Líquidos que registou em 2017 um acréscimo de 131% face a 2016.

Passivo

A conta de outros devedores e credores no valor de 151,56 €, resulta de uma transferência recebida em 29 de Dezembro, que não foi considerada receita orçamental, mas com expressão na tesouraria.

A conta de proveitos diferidos compreende os proveitos no montante de 2.149,74 €, provenientes de rendimentos de cedências e arrendamentos de imóveis da propriedade do Estado que devem ser reconhecidos no exercício seguinte.

A conta de custos diferidos engloba os custos que devem ser reconhecidos no exercício seguinte, no montante de 2.503,67 €. Relativamente ao ano transato verificou-se uma diminuição de 65%, em resultado da descida na taxa de juro que consequente fez diminuir o rendimento de capitais e por sua vez o IRC.

 AF

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL**5.3.2. Demonstração de Resultados**

A análise do desempenho do Fundo numa ótica de custos e proveitos é proporcionada pela Demonstração de Resultados, por natureza, evidenciando a avaliação do resultado do exercício económico e o modo como foi gerado.

Quadro 16 – Demonstração de resultados (2017-2016)

Contas da Demonstração de Resultados		2017		2016		Variações
		Valor	%	Valor	%	Valor
Custos e Perdas						
62236	Fornecimentos e Serviços/trabalhos especializados		0,0%	8.582,00	0,3%	-8.582,00
631	Transferências Correntes Concedidos	213.451,86	83,9%	3.098.425,45	95,0%	-2.884.973,59
651	IRC	23.831,55	9,4%	31.273,70	1,0%	-7.442,15
	Total dos Custos Perdas operacionais	237.283,41	93,3%	3.138.281,15	96,3%	-2.900.997,74
69	Outros Custos e Perdas Extraordinárias	17.164,00		121.590,00		-104.426,00
	Total dos Custos extraordinários	17.164,00	6,7%	121.590,00	3,7%	-104.426,00
Total dos Custos Perdas		254.447,41	100,0%	3.259.871,15	100,0%	-3.005.423,74
Proveitos e Ganhos						
742	Transferências Correntes Obtidas					
	Transferências /outros proveitos alienações	380.115,66		167.010,24		213.105,42
	Transferências /outros proveitos (p. onerosidade)	9.020.740,48		6.752.326,44		2.268.414,04
	Transferência/outros proveitos pagamento da compensação/mensal / anual	253.684,88		141.345,77		112.339,11
	Total de Proveitos e Ganhos Operacionais	9.654.541,02	98,9%	7.060.682,45	95,8%	2.593.858,57
781	Juros Obtidos					
	Juro ilíquido	95.326,17		125.094,77		-29.768,60
	Total de Proveitos e Ganhos Financeiros	95.326,17	1,0%	125.094,77	1,7%	-29.768,60
797	Correções relativas a exercícios anteriores	9.444,62		184.080,24		-174.635,62
	Total dos Proveitos e ganhos extraordinários	9.444,62	0,1%	184.080,24	2,5%	-174.635,62
Total de Proveitos e Ganhos		9.759.311,81	100,0%	7.369.857,46	100,0%	2.389.454,35
Resultados						
81	Resultados Operacionais					
	Proveitos Operacionais - Custos Operacionais	9.417.257,61		3.922.401,30		5.494.856,31
82	Resultados Financeiros					
	Proveitos Financeiros	95.326,17		125.094,77		-29.768,60
83	Resultados Correntes					
	Resultados Operacionais + Resultados Financeiros	9.512.583,78		4.047.496,07		5.465.087,71
84	Resultados Extraordinários					
	Proveitos Extraordinários	-7.719,38		62.490,24		-70.209,62
88	Resultados Líquidos do Exercício					
	Resultados Correntes ± resultados extraordinário	9.504.864,40		4.109.986,31		5.394.878,09

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Os proveitos globais gerados foram de 9.759.311 € enquanto os custos totais foram de 254.447 €, gerando um Resultado Líquido do exercício de 9.504.864 €.

Proveitos e Ganhos

Em termos de proveitos e ganhos, verifica-se que os proveitos operacionais, que resultam da atividade corrente do Fundo, são os que apresentam mais relevância correspondendo a 98,9%, seguindo-se os proveitos e ganhos financeiros com 1% e por último proveitos extraordinários com 0,1%

Por comparação com os proveitos operacionais de 2016, verifica-se um aumento de 2.593.859 €, consequente do acréscimo do proveito proveniente da aplicação do princípio da onerosidade, e ainda, do produto da alíneação dos imóveis da propriedade do Estado.

Quanto aos proveitos financeiros, registaram uma quebra de 29.769 €, justificada pela descida das taxas de juro, e consequente diminuição dos rendimentos das aplicações financeiras em CEDIC.

Relativamente aos proveitos extraordinários registou uma variação negativa de 174.635 €, correspondentes a receitas recebidas no ano, que se referem a proveitos de anos anteriores.

Custos e Perdas

Os custos operacionais sofreram um decréscimo de 2.900.998 €, justificado essencialmente pela diminuição das transferências efetuadas para os serviços beneficiários no âmbito dos contratos de financiamento celebrados.

Relativamente aos outros custos e perdas Extraordinárias, registou-se um decréscimo de 104.426 €, face a 2016. O valor registado em 2017 diz respeito ao pagamento de emolumentos ao Tribunal de Contas na sequência da homologação da verificação interna da conta de gerência de 2010.

Resultados

Os resultados operacionais no valor de 9.417.257 €, à semelhança do ano anterior, revelam que os proveitos operacionais foram suficientes para suportar a despesa da mesma natureza. Comparativamente com o ano de 2016 evidenciaram, um acréscimo de 5.494.856 €, que decorreu do aumento dos proveitos provenientes da aplicação do princípio da onerosidade, dos proveitos da alíneação de imóveis de propriedade do Estado, bem como, e da redução das transferências efetuadas para os serviços beneficiários no âmbito dos contratos de financiamento celebrados.

Situação semelhante acontece com os resultados correntes que registaram um acréscimo de 5.465.087,€. Contrariamente, os resultados extraordinários registaram um decréscimo de 70.209 €.

O resultado líquido do exercício é positivo em 9.504.864 €. Comparativamente com 2016, registou um acréscimo no montante de 5.394.878 €.

h
AF
12

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

6. Síntese conclusiva

Da atividade desenvolvida pelo Fundo, no contexto da concretização do plano de atividades de 2017, salientam-se os seguintes aspetos:

O número de candidaturas apresentadas registou um decréscimo de 62% face ao ano transato, tendo sido apresentadas 12 candidaturas no valor de 7,2 milhões de euros. Foram analisadas e decididas 13 candidaturas, das quais 2 foram aprovadas, envolvendo um montante aproximado de 0,5 milhões de euros.

Durante o ano de 2017, foi celebrado 1 contratos de financiamento de 0,2 milhões de euros. Em termos de execução financeira, registou-se um decréscimo no volume de pagamentos aos serviços beneficiários que passou de 3,1 milhões de euros em 2016 para 0,2 milhões de euros em 2017.

Verifica-se ainda, um desfasamento entre a aprovação e a contratualização das candidaturas, no final de 2017, encontravam-se 18 candidaturas por contratualizar, a que corresponde um montante a financiar de cerca de 4,9 milhões de euros. Neste aspeto, importa referir, que houve constrangimentos que condicionaram a atividade do Fundo, designadamente os atrasos registados nos procedimentos prévios à contratação pública (projetos de execução e aprovação de portarias de extensão de encargos), bem como a falta de apresentação de comprovativos de que o serviço beneficiário dispõe de dotação orçamental para assegurar a parcela que não é objeto de comparticipação por parte do Fundo, que protelaram a celebração de contratos e, consequentemente, o seu financiamento.

Em termos orçamentais, a receita arrecadada no valor de 1,4 milhões de euros foi superior à despesa que se cifrou em 0,2 milhões, gerando um saldo de 1,2 milhões de euros, valor este, a que acresce o saldo de gerência transitado de 2016, obtendo-se o valor de 12,1 milhões de euros para a gerência seguinte.

Comparativamente a 2016, a receita arrecadada registou um decréscimo de 7,3 milhões de euros, que ficou a dever-se essencialmente à receita proveniente do princípio de onerosidade.

A situação económico-financeira mantém-se positiva, verificando-se assim, que para cumprir os objetivos do Fundo, os proveitos gerados foram suficientes para fazer face à despesa, gerando ainda, um resultado líquido de 9,5 milhões de euros. O balanço evidencia uma variação positiva de 9,5 milhões de euros, para a qual contribui especialmente os acréscimos de proveitos de 8,3 milhões de euros.

Em 2018 o Fundo tenciona dar prioridade ao aumento da execução financeira, e dessa forma mobilizar esforços significativos para prosseguir com o financiamento das operações necessárias à reabilitação e conservação do património imobiliário do Estado em utilização por parte dos serviços e organismos públicos, contribuindo desse modo para melhorar a utilidade e funcionalidade desse património.

Pretende-se ainda, prosseguir com a divulgação do Fundo junto dos serviços e organismos públicos que utilizem ou ocupem imóveis da titularidade do Estado, por forma a estes tenham melhor conhecimento da realidade do objeto e finalidade do Fundo.

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

No que respeita ao processo de operacionalização de apresentação de candidaturas online, não foi possível implementar em 2017 este objetivo, atendendo a que esta funcionalidade está dependente do desenvolvimento do projeto de criação de um portal especializado em imobiliário público, no âmbito da medida 46 Simplex+ 2017, que enquadra várias vertentes no contexto das respetivas competências em matéria patrimonial.

Prevê-se ainda rever alguns aspetos do regulamento de gestão do Fundo, aprovado pela Portaria n.º 293/2009, de 24 de março, de forma a contemplar a alteração introduzida ao objeto e finalidade do Fundo pela Lei n.º 66-A/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2013 e que conferiu nova redação aos artigos 2.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 24/2009, de 21 de janeiro. A referida revisão visa ainda adequar o enquadramento legal em vigor ao que tem sido a atividade efetiva do Fundo, alterando e agilizando os procedimentos.

A COMISSÃO DIRETIVA

Maria João Araújo
(Presidente)



Miguel Marques dos Santos
(Vogal)



Liliana da Fonseca Lourenço
(Vogal)

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Anexos

Quadro A.1 – Evolução dos contratos de financiamento (2010-2017)

Ano	Ministério	Contratos / Aditamentos		Valor Total	Financiamento do FRCP	Execução Financeira	
						Anos anteriores	2017
2010	MAOTE	1		1.542.301,29	1.156.725,97	1.156.725,97	
	Subtotal	1		1.542.301,29	1.156.725,97	1.156.725,97	
2011	MAI ¹¹	1		369.000,00	276.750,00	-	
	MS	1	1	73.790,72	55.343,03	55.343,03	
	Subtotal	2	1	442.790,72	332.093,03	55.343,03	
2012	MAI	1		172.175,40	137.740,32	137.740,32	
	MAM *	5	5	415.204,01	311.403,02	250.545,00	
	MF	1		143.541,00	114.832,80	114.832,78	
	MS*	1	2	547.103,66	410.327,75	407.983,25	
	Subtotal	8	7	1.278.024,07	974.303,89	911.101,35	
2013	MAI	12		1.063.416,60	848.028,32	848.028,32	
	MAM*	2	1	231.828,92	183.053,20	36149,09	
	MDN	4		665.932,92	499.449,70	499.449,70	
	PCM	5	1	1298991,74	1.121.087,89	1.121.087,74	
	Subtotal	23	2	3.260.170,18	2.651.619,11	2.504.714,85	
2014	MAI	5		614.258,06	460.693,55	460.693,55	
	MAM	2		323.310,00	242.482,50	21.419,80	
	MDN	11		1.803.876,18	1.396.568,87	1.396.568,87	
	MEC	1		1.019.104,82	764.328,61	-	
	MTSSS	1		364.833,41	291.866,73	291.866,73	
	PCM*	4	4	1.439.216,62	1.297.782,67	1.297.782,67	
	Subtotal	24	4	5.564.599,09	4.453.722,93	3.468.331,62	
2015	MAI	2		290.283,32	217.712,49	217.712,49	
	MDN	1		231.507,34	173.630,51	173.630,51	
	MF	2	1	541.036,23	414.748,56	414.748,56	
	MS	1		1.032.164,11	774.123,08	774.123,08	
	MTSSS	2	1	815.895,46	611.921,61	611.921,59	
	PCM	8		1.670.400,32	1.377.537,92	1.240.255,18	
	Subtotal	16	2	4.581.286,78	3.569.674,17	3.432.391,41	
2016	MAI	2		240.157,50	186.175,88	151759,53	34.416,35
	MEC	1		231.559,55	185.247,64	89115,37	96.132,27
	MS	1		665.602,59	532.482,07	529934,89	
	MTSSS	3	3	524.986,62	408.843,24	408843,24	
	PCM	5	1	656.316,83	497.528,45	497528,45	
	Subtotal	12	4	2.318.623,09	1.810.277,28	1677181,48	130.548,62
2017	MAI	1		288.742,50	216.556,88	-	82.903,24
	Subtotal	1		288.742,50	216.556,88	0,00	82.903,24
Total		87	20	19.276.537,72	15.164.973,26	13.205.789,71	213.451,86

¹¹ Contrato celebrado com o extinto Governo Civil de Santarém



Quadro A.2 – Aplicações em CEDIC

Data de início da aplicação	Data de vencimento	Montante aplicado	Taxa (%)	Montante líquido a receber na data do vencimento	Juro líquido na data do vencimento	IRC na data do vencimento	Juro ilíquido	Imputação a 2017		
								Juro líquido na data do vencimento	IRC	Juro ilíquido
28-01-2016	27-01-2017	797.000,00	0,230	798.393,92	1.393,92	464,64	1.858,56	103,11	34,37	137,48
01-03-2016	01-03-2017	1.009.170,00	0,190	1.010.628,04	1.458,04	486,01	1.944,05	239,68	79,89	319,57
24-03-2016	24-03-2017	858.837,98	0,200	860.144,13	1.306,15	435,38	1.741,53	297,02	99,00	396,02
02-06-2016	02-06-2017	2.316.309,02	0,290	2.321.416,96	5.107,94	1.702,65	6.810,59	2.141,13	713,72	2.854,85
29-06-2016	29-06-2017	2.901.324,93	0,250	2.906.840,47	5.515,54	1.838,51	7.354,05	2.719,99	906,66	3.626,65
03-08-2016	03-08-2017	5.937.032,00	0,400	5.955.090,47	18.058,47	6.019,49	24.077,96	10.637,18	3.545,73	14.182,91
30-09-2016	29-09-2017	706.577,59	0,340	708.399,38	1.821,79	607,27	2.429,06	1.361,34	453,78	1.815,12
19-10-2016	19-10-2017	3.408.266,79	0,230	3.414.227,71	5.960,92	1.986,97	7.947,89	4.768,74	1.589,57	6.358,31
02-11-2016	02-11-2017	1.103.879,22	0,230	1.105.809,86	1.930,64	643,55	2.574,19	1.618,56	539,53	2.158,09
02-12-2016	01-12-2017	14.943.321,09	0,270	14.973.917,54	30.596,45	10.198,82	40.795,27	28.158,82	9.386,28	37.545,10
29-12-2016	29-12-2017	5.846.615,66	0,270	5.858.619,49	12.003,83	4.001,28	16.005,11	11.938,06	3.979,35	15.917,41
Subtotal		39.828.334,28		39.913.487,97	85.153,69	28.384,57	113.538,26	63.983,63	21.327,88	85.311,51
27-01-2017	26-01-2018	797.000,00	0,310	798.873,61	1.873,61	624,54	2.498,15	1.739,78	579,93	2.319,71
01-03-2017	01-03-2018	1.009.170,00	0,300	1.011.472,17	2.302,17	767,39	3.069,56	1.923,73	641,24	2.564,97
24-03-2017	23-03-2018	858.837,98	0,300	860.791,83	1.953,85	651,29	2.605,14	1.513,69	504,57	2.018,26
02-06-2017	01-06-2018	2.316.309,02	0,090	2.317.889,90	1.580,88	526,96	2.107,84	920,73	306,91	1.227,64
29-06-2017	29-06-2018	2.901.324,93	0,060	2.902.648,66	1.323,73	441,24	1.764,97	670,93	223,64	894,57
03-08-2017	03-08-2018	5.937.032,00	0,040	5.938.837,85	1.805,85	601,95	2.407,80	742,13	247,38	989,51
29-09-2017	28-09-2018	706.577,59	0,000	706.577,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19-10-2017	19-10-2018	3.408.266,79	0,000	3.408.266,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02-11-2017	02-11-2018	1.103.879,22	0,000	1.103.879,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04-12-2017	04-12-2018	14.943.321,09	0,000	14.943.321,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29-12-2017	28-12-2018	5.846.615,66	0,000	5.846.615,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal		39.828.334,28		39.839.174,37	10.840,09	3.613,37	14.453,46	7.510,99	2.503,67	10.014,66
Total								71.494,62	23.831,55	95.326,17

Handwritten signature and initials

Quadro A.3 – Acréscimo de Proveitos – Alienação de imóveis

(euros)

Ano	Edifícios	Valor a receber
2011	Ex-Escola Básica 2/3 em São Pedro do Sul	240
2011	Imóvel denominado "Antiga Estação Regional de Leite e Lacticínios de Paços de Ferreira"	31.752
2012	Antigas instalações fabris da empresa-António Pereira e Vidal e Filhos	6.783
2014	Prédio urbano Lugar de cabanas, Valpaços	2.884
2014	Frações G na Rua dos Fanqueiros 90 a 100, Lisboa	13.068
2015	Fração autónoma AB - T3-Rua Fernão de Magalhães, 21-3.ª Cerro da Alagoa, 1.ª Fase Albufeira	1.891
2015	Edifício da antiga cadeia de Vouzela, sito no lugar da Feira, Vouzela	4.050
2015	Prédio misto s/c 406 m2 e s/d 44,844 m2 sito na Quinta dos Almarjões em Santa Cruz	15.528
2016	Prédio misto sito no Sargaçal, em Lagos	6.514
2017	Edificações "Casa Florestal F-131" e "Casa do Viveirista"	568
2017	Edifício sito na Rua Pio Peres	22.375
2017	Ala norte do "Santuário do Cabo Espichel"	32.100
2017	Prédio Urbano sito na Rua Cardeal Neto, nº 21, em Lagos	11.400
2017	Prédio Rústico sito no Lugar do Varejão em Peniche	375
2017	Estacionamento coberto e fechado, com área bruta privativa de 25 m2, sita na Rua Gil Vicente, nº 1 e Rua Lançarote de Freitas nº 52, s/cave em Lagos	900
2017	Apartamento sito na Rua das Flores, 1-2ª Dtª no Estoril	10.330
2017	Terreno para construção com 800 m2, sito na Estrada da Torre, nº 75 em Lisboa	60.200
2017	Apartamento sito na Rua Visconde de Seabra, nº 12 a 12-D em Lisboa	44.600
2017	Prédio com três pisos sito no Largo do Rio Seco, nº 10 e 10-A em Lisboa	28.800
2017	Prédio de dois pisos sito na Rua General João de Almeida, nº 3 e 3-A em Lisboa	34.500
2017	Prédio de três pisos sito na Rua General João de Almeida, nº 5 e 5-A em Lisboa	40.000
2017	Prédio de dois pisos sito na Rua General João de Almeida, nº 9 em Lisboa	47.000
2017	Apartamento sito na Praça São João Bosco, 15, 4ªDtª em Lisboa	25.100
2017	Apartamento sito na Av.ª Infante D. Henrique, nº 91 91-A e 91-B, 1ª Drtª em Agualva Cacém	8.130
2017	Antiga Casa de Cantoneiros a destacar a parcela 21B.1-17, com área de 10,58 m2, Lançon2.1.b/ER125	152
2017	Imóvel composto por dois edifícios sito na Rua de Goa, nº 72, em Santo André, Barreiro	13.586
Subtotal -Alienações		462.826
Princípio de onerosidade referentes a 2017 a receber em 2018		8.017.342
Rendas referentes a 2017 a receber em 2018		1.953
Cedências referentes a 2017 a receber em 2018		3.161
Juro de 2017 a receber em 2018		10.015
Total		8.495.296